

-1-

LITERATURA COMPARADA:
TRADUÇÃO - INTERTEXTUALIDADE

TRADUÇÃO E INTERTEXTUALIDADE*

WANDER MELO MIRANDA**

RESUMO

Discussão das teorias sobre tradução de Jakobson, Walter Benjamin e Haroldo de Campos, tendo-se em vista a relação das mesmas com o conceito de intertextualidade.

RÉSUMÉ

Discussion des théories sur la traduction de Jakobson, de Walter Benjamin et d'Haroldo de Campos, en considérant le rapport de ces théories avec le concept d'intertextualité.

* Comunicação apresentada na Mesa-redonda sobre "Tradução" no I Simpósio de Literatura Comparada, Belo Horizonte, 18 a 22 de novembro de 1985.

** Professor de Literatura Italiana e Brasileira da FALE/UFMG.

O uso mais corrente da tradução é o que consiste na interpretação dos signos verbais de uma determinada língua por meio de uma outra. Jakobson denomina essa espécie de tradução interlingual e identifica mais duas outras: a tradução intra-lingual ou reformulação, que consta da interpretação dos signos verbais por outros signos da mesma língua, e a tradução inter-semiótica, que compreende a interpretação dos signos verbais por meio de sistemas não verbais, como o cinema, a pintura, a música ou a dança¹. No caso particular da tradução poética, Jakobson conclui ser possível apenas a "transposição criativa"², visto ser a poesia, por definição, intraduzível, já que nela as equações ou constituintes do código verbal são elevadas à categoria de princípio constitutivo do texto, indissociáveis, portanto, da sua significação específica e exclusiva. Dessa perspectiva, a fidelidade estreita ao original é acertadamente abolida, em prol da criatividade, mais apta a cumprir a finalidade última da tradução que, levando-se em conta a diversidade de códigos nela envolvidos, é a de transmitir uma mensagem equivalente à do texto original.

A posição de Jakobson a respeito da finalidade da tradução diferencia-se nitidamente da de Walter Benjamin, que, em "A tarefa do tradutor", ensaio de 1921, postula que a tradução tem por objetivo primordial exprimir a relação mais íntima e invisível entre as línguas, não podendo, por esse motivo, visar substancialmente à comunicação, porque somente uma tradução que não seja a "comunicação" de alguma coisa pode perceber a necessidade de não reproduzir o sentido, mas de fazer repercutir a relação entre ele e a intenção que o produz, no gênero específico de intenção da própria língua³.

A tarefa do tradutor consiste, pois, não em transmitir o que numa obra é comunicação, nem em recriar o seu lado fugidio, misterioso ou verdadeiramente poético, mas, pelo contrário, em tornar visível na transparência da própria língua o quanto o sentido de uma obra esconde. A tradução é uma "forma"⁴ que vive da diferença das línguas e cuja autonomia é mostrada diretamente pelo original, que contém a própria traducibilidade, a possibilidade de trans-significar em outra língua o seu mais que sentido, a sua "sobrevivência"⁵ histórica. Na história, o significado da obra se distende e isso ocorre, sobretudo, na tradução, ou na sua possibilidade, que pode mostrar apenas como "as línguas não são estranhas entre si, mas, a priori e a prescin-

dir de toda relação histórica, afins naquilo que querem dizer"⁶.

O fato de a afinidade das línguas ser apriorístico e se realizar somente no diferir delas implica que não há uma relação de linearidade entre a tradução e o original. Tanto a língua deste como a daquela transformam-se no decorrer do tempo: a tradução é, portanto, o interpenetrar-se de dois campos de transformações lingüísticas. O lugar de resolução das tensões produzidas pelas diferenças das línguas é "meta-histórico" e como tal não é "acessível a nenhuma delas particularmente" e tende à "pura língua, à totalidade das suas intenções reciprocamente complementares"⁷.

Vivendo provisoriamente da estranheza das línguas, a tradução não consiste na restituição do sentido, restituição que seria o afirmar-se da tautologia, o reproduzir da identidade que neutraliza as diferenças lingüísticas. Desnudar o núcleo da língua pura - fazer do simbolizante o próprio simbolizado⁸ - é o único e maior poder da tradução: nessa língua pura que a nada visa e nada exprime, a palavra alcança a não expressão e somente assim atinge a esfera da pura criatividade. Transformar as palavras em esfumaturas cromáticas ou em pura música, em uma língua que não necessite ser traduzida é, segundo Fabrizio Desideri, "a verdadeira intenção e a utopia de toda tradição poética hermético-esotérica"⁹, à qual Benjamin pertence e que é vista por ele através da perspectiva de uma redenção messiânica.

Ao enfatizar que a tradução é a "sobrevivência" histórica do texto e uma forma regida pela lei de outra forma, sendo a fidelidade expressa por uma "operação estranhante" na qual o tradutor alarga e aprofunda a própria língua mediante a língua estrangeira, a teoria benjaminiana da tradução diferencia-se radicalmente da teoria tradicional. Entretanto, em virtude do seu caráter idealista, platonizante e esotérico, como alerta Haroldo de Campos, empregando uma expressão de Derrida, ela permanece presa à "clausura metafísica"¹⁰, por supor a convergência final de todos os originais à "autotransparência do Texto Único, o Significado Transcendental, o Texto da Verdade"¹¹, no silêncio da língua adamítica, pré-babélica¹².

A partir da leitura de "Variations sur les Bucoliques", de Paul Valéry, e de textos de Borges, sobretudo "Pierre Menard, autor del Quijote", Haroldo de Campos postula a supressão da noção de Texto Único, em favor da tradução como jogo intertextual da diferença. Para tanto, ressalta os pontos básicos das formu-

lações do poeta francês sobre o ato de traduzir, a saber: a idéia da literatura como operação tradutora permanente, como atividade intertextual generalizada, que resulta na relativização da categoria da originalidade; a desconstituição do dogma da fidelidade à mensagem, ao conteúdo cognitivo; a idéia de "estranhamento" concernente à operação tradutora; e a negação do caráter intermediário da linguagem poética e do seu aspecto meramente veicular de transmissão de conteúdos¹³.

Para Valéry, poesia e tradução de poesia são operações tradutoras, atividades transformadoras análogas, em que a especificidade do poeta determina-se pelo ato de "trazer as idéias às formas, enquanto que o tradutor, emancipado dessa preocupação¹⁴, lidaria diretamente com essas formas já significantes". Desse modo, o tradutor não visaria a amoldagem do seu texto ao original, mas a conseguir apreender o "modo de intenção" deste e fazer ressoar sua latência no texto traduzido. Nesse (re)encontro de "latências" ou nesse "jogo rememorativo da tradução"¹⁵, o texto é proposto como algo inacabado, em constante processo de "reformulação", sendo a escrita uma atividade produtora interminável, experimentada em toda sua radicalidade no projeto literário do Pierre Menard, de Borges.

Menard, francês vivendo em Nîmes no início de Novecentos, intenta reproduzir o Quijote não como cópia ou mera "transcrição mecânica del original"¹⁶, mas como reconstrução literal em castelhano, para cuja realização descarta o recuo temporal à época de Cervantes e sua identificação com ele, preferindo permanecer sendo quem é e, através da identidade não-identica, dar andamento ao seu projeto. O texto de Borges desintegra, ironicamente, como pode-se perceber, a noção de propriedade autoral, ao conceber a literatura como uma atividade criadora que não se determina pela expressão de um eu, muito menos um eu exclusivo, na verdade sempre contingente e historicamente insignificante, se se toma toda escrita como um rascunho de rascunhos, definido, no dizer de Genette, pelo "tempo indefinido da leitura e da memória"¹⁷. A reversibilidade dessa situação faz com que as obras do passado sejam consideradas como transformações ou transcrições das obras do presente, e não apenas o contrário, estabelecendo um trânsito de escrita-leitura de mão-dupla e desfazendo a linearidade cronológica das concepções evolucionistas da literatura.

Nesse sentido, o Quijote de Cervantes seria a tradu-

ção do de Menard e este a "sobrevida" daquele, impedindo, assim, que ele seja apenas "ocasião de bríndis patriótico, de soberbia gramatical, de obscenas ediciones de lujo", pois a glória, adverte Borges pela boca de Menard "es una incomprensión y quizá la peor"¹⁸. Ao evitar a sacralização burguesa do texto e do nome do autor, a literatura passa a ser concebida como um vasto empreendimento anônimo e uma propriedade pública: escrever e ler são percursos indistintos, autor e leitor papéis intercambiáveis, nesse universo em que tudo é escrita.

Tendo-se em vista essas formulações, é cabível articular tradução e intertextualidade de maneira especial, considerando-se o confronto de dois textos de autores diversos, embora pertencentes ao âmbito do mesmo sistema lingüístico e literário. Refiro-me a Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos, publicado postumamente em 1953, e Em liberdade, de Silviano Santiago, publicado em 1981 e que consiste na recuperação, pelo "fingimento", do diário que supostamente Graciliano teria escrito após deixar a prisão. A relação de reciprocidade mantida por ambas as obras permite que sejam consideradas como repetição diferenciada de um projeto literário similar, empresa semelhante, embora não-idêntica, àquela tentada por Menard, de Borges, sobre o qual Silviano declara:

"Borges me disse que não precisava ter vergonha de ser leitor, que os livros não são propriedade privada. So mos todos, em arte e artes, grileiros. Mas já af estãria em sombrios invernos da década de 70 em meio a grandes depressões. Precisamos de novo pedir coragem a ele, coragem para pôr no papel a idéia luminosa (a quem pertence o adjetivo?) de Em liberdade."¹⁹

A apropriação de Santiago do nome e da obra de Graciliano concorre para desfazer a noção de um centro exclusivo de geração de discursos (e, nesse caso, todas as vezes em que aqui se fala de autor, a palavra deve ser entendida como entre aspas), radicalizando o que é dito no capítulo inicial das Memórias do cárcere, em que Graciliano, apesar de constrangido a falar em primeira pessoa, expressa o desejo de obliterar o eu que fala. Em liberdade parece querer ressaltar esse eu que busca esconder-se, na medida em que lhe delega a responsabilidade autoral do diário resgatado, mas ao confundir-lo, propositalmente, com o eu ao qual o nome da capa do livro remete, o texto configura um desdobramento "em abismo" que torna imprópria toda ten-

tativa de demarcação precisa de limites autorais.

Nesse processo duplo de escrita-leitura, em que emergem questões cruciais a respeito da gênese e da recepção do texto literário, os períodos históricos a que ambas as obras se referem traduzem-se mutuamente: a "intencionalidade" do texto de Graciliano, orientado para o testemunho político-existencial, repete-se no texto de Em liberdade, no qual o recuo estratégico ao passado funciona como palimpsesto do período histórico da sua produção.

Tempo e formas em tradução intralingual, aproveitando livremente o conceito antes referido de Jakobson, para melhor perceber um modo específico de relação intertextual, distinto nitidamente da "paródia" e da "citação", atuam literariamente como desenvolvimento do fragmento capítulo "Minima Moralia", de 1945, de autoria de Theodor Adorno, ou melhor, dele, de Graciliano, de Silviano e de todos nós, inserido nas páginas iniciais de Em liberdade e com o qual gostaria de finalizar estas considerações:

"A análise da sociedade pode valer-se muito mais da experiência individual do que Hegel faz crer. De maneira inversa, há margem para desconfiar que as grandes categorias da história podem enganar-nos, depois de tudo o que, neste meio tempo, foi feito em seu nome. Ao longo desses cento e cinquenta anos que passaram desde o aparecimento do pensamento hegeliano, é ao indivíduo que coube uma boa parte do potencial de protesto.

Não pretendo negar o que há de contestável em tal empresa. (...) Não chegava, então, a confessar o peso das responsabilidades de que não escapa aquele que, diante do indizível que foi perpetrado coletivamente, ou sa ainda falar do individual."

NOTAS

- 1 JAKOBSON, Roman. Aspectos lingüísticos da tradução. In:—, Lingüística e comunicação. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1970. p. 64-5.
- 2 Idem. p. 72.
- 3 Cf. BENJAMIN, Walter. Il compito del traduttore. In:—, Angelus Novus; saggi e frammenti, trad. e introd. de Renato Solmi. Torino, Einaudi, 1982. p. 49.
- 4 Idem. p. 40.
- 5 Idem. p. 41.
- 6 Idem. p. 42.
- 7 Idem. p. 44.
- 8 Idem. p. 50.
- 9 DESIDERI, Fabrizio. Walter Benjamin, il tempo e le forme. Roma, Editori Riuniti, 1980. p. 116.
- 10 CAMPOS, Haroldo de. Para além do princípio da saudade. Folhetim, São Paulo, 9 dez. 1984. p. 6.
- 11 Idem. p. 7.
- 12 Sobre o problema da língua ver: BENJAMIN, Walter. Sulla lingua in generale e sulla lingua dell'uomo. In:— Angelus Novus, cit. p. 53-70.
- 13 Cf. CAMPOS, Haroldo de. Paul Valéry e a política da tradução. Folhetim, São Paulo, 27 jan., 1985. p.3-4.
- 14 Idem. p. 4.
- 15 Idem. p. 5.
- 16 BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote. In:—, Ficciones. 11a. ed. Madrid, Buenos Aires, Alianza, Emecé, 1982. p. 52.
- 17 GENETTE, Gérard. A utopia literária. In:—, Figuras. Trad. Ivonne F. Mantoanelli. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 129.
- 18 BORGES, op. cit. p. 58.
- 19 SANTIAGO, Silviano. Borges segundo Silviano Santiago. Folhetim, São Paulo, 19 ago. 1984, p. 2.